

EVASÃO E PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: UM ESTADO DO CONHECIMENTO SOBRE OS CURSOS DE LICENCIATURA E PEDAGOGIA

Thaís Cardozo de Souza¹

Eixo 2 – Educação e Políticas Educacionais

Resumo: O presente estudo discute os conceitos de evasão e permanência no Ensino Superior brasileiro, com foco nas licenciaturas, especialmente o curso de Pedagogia, à luz das políticas educacionais contemporâneas e das desigualdades sociais que atravessam o espaço universitário. A partir de uma revisão de literatura e de um levantamento sistemático do estado do conhecimento, analisaram-se teses, dissertações e artigos científicos produzidos entre 2013 e 2023, disponíveis na BDTD/CAPES, Banco de Teses da ANPAE e periódicos especializados como a RBPAE, Educação & Sociedade, Educação em Revista, Revista Práxis Educacional e publicações da ANPED. Os resultados evidenciam uma predominância de estudos qualitativos voltados à compreensão das trajetórias de estudantes em situação de vulnerabilidade, a crítica à fragmentação das políticas de permanência – notadamente o PNAES – e a ênfase em sujeitos interseccionados por raça, gênero, classe, território, deficiência e maternidade. Além disso, identificam-se lacunas importantes, como a concentração geográfica das pesquisas, a ausência de abordagens longitudinais e a escassa articulação entre dados estatísticos e análises qualitativas. O estudo conclui que garantir a permanência no Ensino Superior exige o reconhecimento de que permanecer é um direito e não um privilégio, demandando políticas integradas, interseccionais e articuladas aos projetos pedagógicos dos cursos. Ao reunir os principais referenciais teóricos e evidências empíricas, este trabalho busca contribuir com a construção de universidades mais justas, democráticas e inclusivas.

Palavras-chave: Evasão universitária; Permanência; Políticas Públicas; Pedagogia; Ensino Superior.

Introdução

A temática da evasão e da permanência no Ensino Superior brasileiro tem ganhado crescente visibilidade nas últimas décadas, especialmente em função dos avanços – e também das contradições – das políticas públicas voltadas à democratização do acesso à universidade. Trata-se de um campo de debate que articula aspectos pedagógicos, sociais, econômicos e institucionais, e que tem sido tensionado pelas mudanças nas configurações do Ensino Superior, notadamente a partir dos anos 2000.

Com a criação de programas como o Programa Universidade para Todos (Prouni), a reformulação do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), a ampliação de vagas nas universidades federais por meio do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) e, mais recentemente, a implementação da Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012), observou-se uma significativa ampliação do ingresso de estudantes oriundos das camadas populares, de escolas públicas, negros, indígenas, pessoas com deficiência e outros grupos historicamente excluídos do espaço universitário. Essa reconfiguração do perfil discente tem implicado novos desafios para as instituições, exigindo a construção de políticas e práticas que assegurem não apenas o acesso, mas também a permanência e o sucesso acadêmico desses sujeitos.

Contudo, conforme salientam autores como Maciel (2015) e Freitas (2022), o ingresso por si só não assegura a efetivação do direito à educação superior. A permanência no ensino superior envolve múltiplas dimensões – materiais, pedagógicas, afetivas, simbólicas – e depende da existência de políticas públicas articuladas que reconheçam e enfrentem as desigualdades estruturais que atravessam a vida dos estudantes. Nesse sentido, a evasão não

¹ Mestre em Educação. Atua como Técnica em Assuntos Educacionais na atuando Coordenação de Gestão Acadêmica da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), com experiência em gestão acadêmica, formação docente e políticas educacionais.

pode ser reduzida a uma decisão individual ou a uma incapacidade do aluno, mas precisa ser analisada como um fenômeno social e institucional que revela as falhas do sistema em garantir condições equitativas de permanência.

Estudos como os de Frigotto (2010), Leher (2012) e Arroyo (2012) contribuem para a compreensão da tensão existente entre a expansão do Ensino Superior como projeto de democratização e sua apropriação pelos interesses da lógica mercantil. Essa contradição se reflete, por exemplo, no crescimento de matrículas sem o correspondente investimento em infraestrutura, políticas de acolhimento e suporte estudantil. Em cursos como os de licenciatura, particularmente o de Pedagogia, essas questões tornam-se ainda mais visíveis, dada a desvalorização histórica da carreira docente, a feminização do curso, os baixos salários e a sobrecarga das estudantes mulheres – muitas delas mães, chefes de família e inseridas precariamente no mundo do trabalho.

Desse modo, compreender os fenômenos da evasão e da permanência no ensino superior requer o abandono de explicações simplistas e meritocráticas, que responsabilizam os estudantes por suas trajetórias, e a adoção de uma abordagem crítica, interseccional e comprometida com o direito à educação como bem público. Isso implica também reconhecer que a permanência é um direito – e não um privilégio –, e que sua efetivação depende da construção de condições materiais e simbólicas para que todos os sujeitos possam realizar, com dignidade, seu percurso universitário.

Este artigo tem como objetivo discutir os conceitos de evasão e permanência no ensino superior à luz das políticas educacionais contemporâneas, com base em uma revisão ampliada da literatura e em um levantamento do estado do conhecimento. Parte-se da compreensão de que o enfrentamento da evasão exige a articulação entre políticas públicas, práticas institucionais e valorização da diversidade estudantil. A análise busca contribuir para o fortalecimento de ações sensíveis às desigualdades sociais, raciais, de gênero e territoriais que incidem sobre os sujeitos que acessam a universidade, especialmente nos cursos de formação docente. Ao reunir e sistematizar os principais referenciais teóricos e estudos recentes sobre o tema, o texto visa ampliar o debate acadêmico e político em torno das políticas de garantia da permanência no Ensino Superior público, gratuito e socialmente referenciado

Evasão e permanência no Ensino Superior: abordagens conceituais

A evasão e a permanência no Ensino Superior constituem fenômenos complexos e multifatoriais, cuja compreensão exige a articulação entre aspectos individuais, institucionais, sociais e estruturais. Esses fenômenos não podem ser reduzidos a dados quantitativos ou diagnósticos administrativos, pois refletem os tensionamentos históricos e atuais das políticas educacionais, a desigualdade de oportunidades e as contradições do modelo universitário brasileiro.

De acordo com Maciel (2015), a evasão não deve ser compreendida unicamente como ausência, abandono ou desistência formal do estudante, mas como resultado de um processo gradativo de desestímulo, exclusão simbólica e fragilidade nas condições objetivas e subjetivas de permanência. Esse processo é muitas vezes silencioso, marcado por frustrações, inseguranças, sensação de inadequação e falta de acolhimento por parte da instituição.

Para Coulon (2008), esse afastamento pode estar relacionado ao rompimento do que denomina “contrato simbólico” entre o estudante e a universidade. Esse contrato está vinculado às expectativas, valores, normas e sentidos que estruturam a experiência acadêmica. Quando o estudante não se reconhece nesse ambiente – seja por dificuldades de adaptação, precariedade das condições de estudo ou ausência de pertencimento – o contrato simbólico se rompe, abrindo caminho para o afastamento progressivo.

Freitas (2022) enfatiza a necessidade de inserir a evasão no contexto mais amplo das desigualdades sociais e educacionais. Para ele, compreender a evasão exige analisar como fatores como gênero, raça, classe, geração e território incidem na vivência universitária. É nesse sentido que se destaca a importância da interseccionalidade como categoria analítica, pois, como lembra Crenshaw (2002), as opressões não atuam de forma isolada, mas de modo articulado, produzindo barreiras complexas à permanência.

Além disso, os estudos de Tinto (1975; 1993), ainda que com limitações ao contexto norte-americano, contribuíram com a sistematização de modelos teóricos para análise da evasão, especialmente ao propor que a integração acadêmica e social do estudante ao ambiente universitário é condição para sua permanência. No entanto, autores como Cunha (2007) e Neves (2009) problematizam essa abordagem por sua tendência individualizante e por negligenciar as condições materiais e estruturais que afetam estudantes de origem popular em contextos de exclusão educacional.

A evasão pode ser classificada de diversas formas. Maciel (2015) e Campos (2018) propõem uma distinção entre: evasão institucional, quando o estudante deixa uma instituição e se transfere para outra; evasão do curso, quando há mudança de área de formação; e evasão do sistema; quando o estudante abandona completamente o Ensino Superior. Esta classificação permite uma análise mais refinada, revelando que muitos deslocamentos não são propriamente evasão, mas mudanças de trajetória em busca de pertencimento e melhores condições.

Já a permanência exige ser compreendida em uma perspectiva ampliada. Como argumentam Campos (2019) e Machado (2011), permanecer não é apenas estar matriculado ou concluir um curso, mas ter garantidas as condições materiais, simbólicas, pedagógicas e afetivas que assegurem o desenvolvimento acadêmico com sentido, dignidade e reconhecimento. Essa concepção está em sintonia com a ideia de educação como direito social, como previsto na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, Lei nº 9.394/1996).

Maciel (2020) destaca a centralidade do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituído em 2008, como marco na institucionalização das políticas de permanência no Brasil. O PNAES representa um avanço ao reconhecer que estudantes de baixa renda precisam de apoio financeiro e estrutural para permanecerem na universidade. No entanto, autores como Carvalho e Pietro (2020) apontam os limites dessa política, que vão desde a fragmentação das ações até a escassez de recursos e a ausência de avaliação sistemática.

No campo da formação docente, os desafios à permanência se agravam. Santos (2017) e Almeida (2023) chamam atenção para a feminização dos cursos de Pedagogia e os impactos dessa realidade nas condições de permanência: estudantes mulheres, muitas vezes chefes de família e trabalhadoras, enfrentam sobrecarga de tarefas, precariedade de tempo e ausência de políticas que reconheçam essas especificidades – como creches, horários flexíveis ou apoio à maternidade acadêmica.

É por isso que pensar evasão e permanência implica também tensionar os próprios sentidos atribuídos ao sucesso acadêmico e aos modelos de estudante ideal. Frigotto (2010) e Arroyo (2012) alertam para o risco de uma abordagem meritocrática que desconsidera as desigualdades estruturais e responsabiliza o indivíduo por um fracasso que é, em grande medida, produzido pela exclusão social. Nesse sentido, a evasão não é uma patologia do estudante, mas um sintoma das contradições do sistema educacional.

Assim, o debate conceitual sobre evasão e permanência no Ensino Superior exige uma perspectiva crítica, interseccional e comprometida com a justiça social. É preciso superar as explicações tecnocráticas e normativas que limitam o fenômeno à gestão de números e índices, para compreendê-lo como parte de um projeto político-pedagógico mais amplo de universidade pública, democrática e inclusiva.

E o que dizem as pesquisas recentes?

A elaboração de um estado do conhecimento é fundamental para mapear e sistematizar o que já foi produzido academicamente sobre evasão e permanência no Ensino Superior. Esse processo permite identificar tendências teóricas, horizontes metodológicos, temas prioritários, principais autores e lacunas existentes. No contexto das políticas de democratização do acesso e das desigualdades nas trajetórias estudantis, ele se mostra especialmente relevante para orientar novas pesquisas, políticas públicas e práticas institucionais mais sensíveis e eficazes.

Para compor o panorama analítico do estado do conhecimento sobre evasão e permanência no Ensino Superior, foi realizado um levantamento bibliográfico exploratório e sistemático em bases de dados amplamente reconhecidas no campo educacional. As fontes consultadas incluíram a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da CAPES (BDTD/CAPES), o Repositório de Teses da ANPAE, os periódicos especializados Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBP AE), Educação & Sociedade, Educação em Revista e Revista Práxis Educacional, além das publicações dos Grupos de Trabalho da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), especialmente o GT11 (Política da Educação Superior) e o GT08 (Formação de Professores).

Para compor o panorama analítico do estado do conhecimento sobre evasão e permanência no Ensino Superior, foi realizado um levantamento bibliográfico exploratório e sistemático em bases de dados amplamente reconhecidas no campo educacional. As fontes consultadas incluíram a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da CAPES (BDTD/CAPES), o Repositório de Teses da ANPAE, os periódicos especializados Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBP AE), Educação & Sociedade, Educação em Revista e Revista Práxis Educacional, além das publicações dos Grupos de Trabalho da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), com ênfase no GT11 (Política da Educação Superior) e GT08 (Formação de Professores).

A seleção dessas fontes deve-se à sua relevância e credibilidade na produção de conhecimento qualificado sobre políticas educacionais, ensino superior e formação docente no Brasil. A escolha do recorte temporal, de 2013 a 2023, justifica-se por contemplar uma década marcada por importantes transformações no cenário educacional brasileiro, incluindo o fortalecimento de políticas de acesso, a consolidação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e os efeitos de cortes orçamentários e tensões políticas sobre a universidade pública. As palavras-chave utilizadas – “evasão no ensino superior”, “permanência universitária”, “assistência estudantil”, “curso de pedagogia” e “interseccionalidade” – foram escolhidas por refletirem os principais eixos de análise que atravessam o debate acadêmico recente sobre o tema. O recorte temático privilegiou estudos voltados à educação superior pública brasileira, com foco em cursos de licenciatura, especialmente a Pedagogia, por se tratar de uma área estratégica para a formação de professores e com altos índices de vulnerabilidade estudantil.

O processo de seleção das produções compreendeu três etapas: inicialmente, foram incluídos todos os resultados que correspondiam às palavras-chave nas bases mencionadas; em seguida, realizou-se a leitura dos resumos para refinar a pertinência temática; por fim, foram excluídas as produções duplicadas e selecionados os trabalhos com maior densidade teórica, relevância conceitual e diversidade regional. Essa sistematização permitiu a identificação de tendências analíticas, abordagens metodológicas e lacunas que orientam os desafios atuais e futuros das políticas de permanência no Ensino Superior.

Com base nos dados levantados entre maio e julho de 2025, foi possível identificar um total de 253 publicações relacionadas à temática da evasão e permanência no Ensino Superior, distribuídas entre teses, dissertações, artigos científicos e resumos expandidos. Desse total, 79

produções foram selecionadas para análise aprofundada, a partir dos critérios previamente estabelecidos.

Na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da CAPES (BDTD/CAPES), foram encontradas 92 produções, entre teses e dissertações, das quais 26 foram selecionadas. No Banco de Teses da ANPAE, identificaram-se 18 teses de doutorado, com 6 escolhidas para análise. No âmbito dos periódicos científicos, destacam-se a Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBPAE), com 35 artigos encontrados e 12 selecionados; a Revista Práxis Educacional, com 21 artigos (dos quais 8 foram selecionados); a Educação & Sociedade, com 28 artigos encontrados e 10 utilizados; e a Educação em Revista, com 19 artigos, dos quais 5 atenderam aos critérios da pesquisa.

Além disso, foram analisados os anais dos Grupos de Trabalho GT11 e GT08 da ANPEd, nos quais se identificaram 40 produções (artigos completos e resumos expandidos), das quais 12 foram selecionadas. Essa distribuição evidencia o volume significativo de produção acadêmica sobre o tema, bem como a diversidade de abordagens presentes nas diferentes fontes. A seleção priorizou estudos que abordavam a permanência e a evasão com profundidade teórica e comprometimento com a análise crítica do ensino superior público, especialmente nos cursos de licenciatura como a Pedagogia.

A análise dos dados provenientes do levantamento do estado do conhecimento evidencia uma produção acadêmica significativa sobre os fenômenos da evasão e da permanência no Ensino Superior brasileiro, refletindo a centralidade crescente do tema no campo das políticas educacionais. A presença de 253 publicações encontradas e 79 selecionadas para análise aprofundada, entre teses, dissertações, artigos e resumos expandidos, demonstra que os efeitos da expansão das universidades públicas – especialmente após a promulgação da Lei de Cotas (2012) e a consolidação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) – têm mobilizado investigações em múltiplos espaços institucionais e epistemológicos.

Um primeiro aspecto a ser destacado é o predomínio de estudos qualitativos, voltados à análise de experiências discentes em cursos de licenciatura, com destaque para a Pedagogia. A escolha por abordagens qualitativas reflete não apenas uma estratégia metodológica para acessar dimensões subjetivas do processo de evasão, mas também uma opção teórico-política por compreender os sujeitos em sua integralidade, considerando suas histórias de vida, contextos socioculturais e relações com a universidade. Esse tipo de investigação tem permitido tensionar o discurso institucional que muitas vezes naturaliza a evasão como fenômeno isolado ou como responsabilidade exclusiva do estudante.

A concentração da produção em determinados periódicos e regiões geográficas, por sua vez, revela tanto o avanço do debate quanto suas limitações. Os artigos analisados concentram-se em revistas especializadas com tradição no campo das políticas educacionais, como a RBPAE, Educação & Sociedade e Educação em Revista, o que demonstra o amadurecimento teórico do campo. No entanto, observa-se uma discrepância territorial significativa: a maior parte dos trabalhos é oriunda de instituições do Sudeste e Sul, com pouca representatividade das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, o que pode comprometer a construção de uma leitura mais ampla e diversa das realidades educacionais brasileiras. Dada a heterogeneidade do país, essa limitação impõe a necessidade de políticas de fomento à pesquisa que contemplem instituições periféricas, indígenas, quilombolas e de interior.

A análise também revela uma forte presença de trabalhos que tematizam a permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade social, com destaque para negros, indígenas, mulheres mães, pessoas com deficiência e estudantes cotistas. Isso indica uma aproximação cada vez maior com os referenciais da interseccionalidade (Crenshaw, 2002; Collins, 2019), ao reconhecer que os efeitos das desigualdades sociais não se manifestam de forma isolada, mas sobrepostas e combinadas. Essas investigações ampliam o olhar sobre o conceito de

permanência, compreendendo-o não como simples continuidade formal no curso, mas como trajetória vivida, permeada por tensões, resistências e estratégias de pertencimento.

Outro dado relevante é a repetição de temas em torno das fragilidades das políticas institucionais, especialmente em relação ao PNAES. A maior parte dos estudos aponta para a insuficiência orçamentária, a fragmentação das ações e a falta de integração entre assistência estudantil e os setores pedagógicos e acadêmicos das universidades. Isso reflete uma contradição estrutural: ao mesmo tempo em que as universidades públicas ampliaram significativamente o acesso, as condições de permanência foram precarizadas, não acompanhando o crescimento da diversidade do corpo discente. Assim, como destacam autores como Maciel (2020) e Carvalho e Pietro (2020), a permanência requer mais que apoio financeiro – exige uma cultura institucional de acolhimento, escuta ativa e reconhecimento das diferenças.

Apesar do crescimento do número de produções, ainda são poucos os estudos longitudinais que acompanham os estudantes ao longo de todo o curso, o que limitaria uma compreensão mais aprofundada das dinâmicas de permanência e dos pontos de ruptura nas trajetórias. Além disso, é incipiente a articulação entre dados quantitativos institucionais (como taxas de evasão por semestre) e análises qualitativas, o que dificulta a construção de indicadores mais sensíveis às especificidades dos cursos, dos sujeitos e das universidades.

Outro ponto crítico é que a permanência ainda aparece em muitos estudos como um campo apêndice das políticas de acesso, sem necessariamente estar integrada ao projeto pedagógico do curso e ao cotidiano acadêmico. Poucos trabalhos discutem, por exemplo, a evasão como consequência da lógica curricular engessada, da ausência de metodologias ativas, do distanciamento entre teoria e prática, ou da escassez de práticas avaliativas inclusivas. Nesse sentido, falta ainda uma abordagem que compreenda a permanência como experiência formativa integral, atravessando os âmbitos acadêmico, afetivo, institucional e simbólico.

Em síntese, o estado do conhecimento revela avanços significativos na consolidação do campo de estudos sobre evasão e permanência, com destaque para abordagens críticas, interseccionais e comprometidas com a justiça social. No entanto, também explicita a necessidade de ampliar os contextos pesquisados, diversificar os referenciais metodológicos, integrar dados institucionais às análises qualitativas e tensionar as relações entre permanência, currículo e formação. A partir dessas evidências, o debate se desloca do diagnóstico para a proposição: é urgente repensar o papel das instituições de ensino superior na construção de espaços mais inclusivos, participativos e efetivamente democráticos.

Políticas de permanência e a urgência de uma abordagem interseccional

No contexto das transformações pelas quais passou o Ensino Superior brasileiro nas últimas duas décadas, as políticas de permanência tornaram-se elemento central no debate sobre a democratização da educação. Se o acesso foi ampliado com o advento de programas como o Reuni, Prouni, Fies e, especialmente, com a Lei nº 12.711/2012 (Lei de Cotas), a permanência tornou-se o novo desafio – e, simultaneamente, o novo marcador das desigualdades no interior das universidades públicas. Como afirmam Maciel (2015) e Freitas (2022), garantir o direito à educação superior exige mais do que vagas: exige criar condições reais e equitativas para que estudantes diversos – em termos de raça, classe, gênero, território, deficiência, maternidade, entre outros – possam não apenas frequentar, mas permanecer e concluir sua formação de forma digna e significativa.

A principal política nacional de apoio à permanência é o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituído em 2010 pelo Decreto nº 7.234, embora algumas ações já estivessem em curso desde 2007. O PNAES se propõe a atender estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial em instituições federais de ensino

superior, garantindo apoio em áreas como alimentação, moradia, transporte, saúde, inclusão digital, cultura e esporte. Sua importância é inegável, na medida em que representa o reconhecimento estatal de que as desigualdades sociais impactam diretamente o sucesso acadêmico. Entretanto, os estudos analisados no estado do conhecimento, bem como os dados empíricos de diversas instituições, revelam limites estruturais em sua concepção e implementação.

Entre os principais problemas do PNAES estão a insuficiência orçamentária, a concentração dos recursos em poucos eixos (notadamente alimentação e moradia estudantil), a ausência de critérios unificados para seleção de estudantes e a falta de monitoramento e avaliação de impacto. Além disso, muitas instituições não possuem uma estrutura administrativa robusta para operacionalizar o programa de forma articulada com as ações pedagógicas e curriculares. Como destaca Maciel (2020), trata-se de uma política que, embora necessária, ainda opera de modo fragmentado, muitas vezes dissociada da missão institucional e do projeto político-pedagógico dos cursos.

Outro aspecto crítico é o modelo assistencialista ainda predominante, que focaliza a permanência no estudante em situação de vulnerabilidade, muitas vezes exigindo comprovações contínuas de pobreza, sem reconhecer que as desigualdades se expressam também de forma simbólica, afetiva e acadêmica. Essa lógica reforça o lugar da permanência como um “benefício”, e não como um direito – reforçando, por vezes, sentimentos de culpa, inadequação e estigmatização nos estudantes atendidos.

Diante disso, torna-se urgente adotar uma abordagem interseccional na formulação, execução e avaliação das políticas de permanência. O conceito de interseccionalidade, desenvolvido por Crenshaw (2002) e aprofundado por autoras como Collins (2019), parte do pressuposto de que as opressões sociais não se acumulam de forma linear, mas se entrecruzam de maneira complexa, produzindo vulnerabilidades específicas. Aplicado ao Ensino Superior, esse entendimento nos obriga a considerar que estudantes negros, mulheres, mães, indígenas, trans, com deficiência e moradores de áreas periféricas enfrentam múltiplos obstáculos interligados que afetam diretamente sua permanência.

A interseccionalidade, nesse sentido, não deve ser apenas um critério de recorte, mas um princípio estruturante das políticas públicas universitárias. Isso implica pensar ações integradas, multissetoriais e sensíveis às especificidades dos sujeitos. Por exemplo, não basta oferecer um auxílio financeiro se não há creche para mães estudantes; não adianta garantir matrícula prioritária se não há acessibilidade nos prédios ou material didático adaptado; não se avança na permanência se os currículos continuam eurocentrados e desconsideram as epistemologias indígenas, quilombolas, negras e populares.

As pesquisas analisadas no estado do conhecimento demonstram que as políticas de permanência precisam ser expandidas para além da dimensão econômica, incorporando dimensões pedagógicas, afetivas e simbólicas. Isso significa, por exemplo, criar dispositivos de escuta ativa e acompanhamento pedagógico permanente, valorizar a tutoria estudantil, repensar os tempos e espaços formativos, investir na formação de professores para a diversidade e revisar os currículos para que contemplem os saberes e experiências dos sujeitos historicamente marginalizados.

Outro ponto frequentemente negligenciado é a dimensão emocional e subjetiva da permanência. Estudantes que ingressam na universidade por meio de políticas afirmativas, especialmente os que não têm antecedentes familiares no Ensino Superior, muitas vezes enfrentam o chamado “efeito impostor” – um sentimento de não pertencimento, insegurança e dúvida sobre sua legitimidade naquele espaço (Coulon, 2008). A ausência de espaços de acolhimento, escuta e pertencimento institucional contribui para o afastamento progressivo e silencioso desses estudantes, mesmo antes da formalização da evasão. Como demonstram

Freitas (2022) e Santos (2017), a permanência não se resume ao que é mensurável nos indicadores de evasão – ela envolve sentido, identidade, vínculo e reconhecimento.

A construção de uma política de permanência interseccional exige, portanto, que as universidades abandonem a lógica da compensação e assumam um compromisso ético e político com a inclusão como parte do seu projeto institucional. Isso significa articular os setores de assistência estudantil, gestão acadêmica, núcleos de apoio psicopedagógico, centros acadêmicos, docentes e estudantes, construindo ações integradas, transversais e democráticas. Algumas universidades têm desenvolvido experiências promissoras nesse sentido, como a criação de programas de acolhimento para mães universitárias, ações afirmativas para indígenas e quilombolas com acompanhamento diferenciado, bolsas de monitoria e tutoria para estudantes ingressantes e reformulações curriculares que dialogam com a realidade social dos alunos. No entanto, essas experiências ainda são pontuais e carecem de institucionalização e financiamento permanente.

Por fim, é fundamental compreender que a permanência é indissociável da qualidade da formação. Um projeto de universidade comprometido com a equidade não pode separar ensino, pesquisa, extensão e assistência estudantil. Permanecer na universidade deve significar não apenas resistir às dificuldades, mas viver uma experiência formativa potente, emancipadora e socialmente significativa. Isso exige repensar estruturas, escutar os sujeitos e reconhecer que cada estudante que permanece representa não apenas um número a menos na evasão, mas uma conquista coletiva de resistência e afirmação do direito à educação superior pública.

Considerações Finais

Os debates em torno da evasão e permanência no Ensino Superior, especialmente nos cursos de licenciatura como a Pedagogia, revelam a complexidade de um fenômeno que não pode ser compreendido isoladamente ou a partir de explicações simplificadas. A partir do levantamento bibliográfico e do estado do conhecimento realizados neste trabalho, foi possível constatar que as produções acadêmicas da última década têm avançado no sentido de compreender a evasão não como fracasso individual, mas como expressão das desigualdades estruturais que atravessam os sujeitos no interior das instituições de ensino superior.

A permanência, por sua vez, aparece nas produções mais recentes como um processo que articula dimensões materiais, pedagógicas, subjetivas, simbólicas e políticas. Isso exige a superação da visão estritamente assistencialista das políticas estudantis e a construção de projetos institucionais que reconheçam a diversidade dos estudantes e que sejam capazes de responder, de forma interseccional, às múltiplas formas de exclusão vivenciadas no cotidiano universitário. Nesse sentido, políticas de permanência devem ser concebidas não apenas como estratégias de retenção, mas como práticas de cuidado, pertencimento e valorização dos saberes e trajetórias que os estudantes trazem consigo.

O estado do conhecimento aqui apresentado permitiu identificar algumas tendências importantes: a prevalência de estudos qualitativos; o foco em sujeitos historicamente marginalizados; a crítica à fragmentação das ações do PNAES; e a centralidade do curso de Pedagogia como campo privilegiado de análise das tensões entre acesso, permanência e formação docente. Ao mesmo tempo, foram evidenciadas lacunas que precisam ser enfrentadas por futuras pesquisas: a escassez de estudos nas regiões Norte e Centro-Oeste, a ausência de investigações longitudinais, a limitada articulação entre dados institucionais e escuta qualificada dos estudantes, e a tímida incorporação da permanência como parte integrante dos projetos pedagógicos dos cursos.

Diante desse panorama, os resultados esperados deste trabalho se orientam em duas frentes principais. Em primeiro lugar, espera-se que a sistematização teórica e a análise do estado do conhecimento contribuam para o enriquecimento das discussões acadêmicas e

políticas sobre o tema, oferecendo subsídios para pesquisadores, gestores e formuladores de políticas educacionais. Em segundo lugar, busca-se fortalecer o entendimento da permanência como direito, reafirmando a necessidade de ações institucionais que reconheçam os sujeitos em sua pluralidade e que promovam uma cultura universitária comprometida com a equidade, a justiça social e a qualidade da formação.

Por fim, entende-se que a evasão e a permanência não dizem respeito apenas a números ou indicadores de desempenho institucional, mas traduzem projetos de universidade e concepções de educação. Defender a permanência como princípio exige enfrentar os desafios impostos pelas desigualdades sociais, mas também transformar a universidade em espaço de acolhimento, reconhecimento e emancipação. Essa é uma tarefa que envolve todos os setores da vida universitária e que exige compromisso ético e político com uma educação verdadeiramente pública, democrática e inclusiva.

Referências

ALMEIDA, Cíntia Barbosa de. **Mães universitárias: maternidade, permanência e cuidado na universidade pública**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2023.

ARROYO, Miguel. **Ofício de mestre: imagens e autoimagens**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 147, n. 138, p. 5, 20 jul. 2010.

CAMPOS, José Eduardo Ferreira de. **Políticas de permanência e desigualdades no ensino superior: o caso dos estudantes cotistas**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

CAMPOS, José Eduardo Ferreira de. Permanência estudantil: desafios das políticas públicas de democratização do ensino superior. **Revista Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 15, n. 36, p. 84–107, jan./abr. 2019.

CARVALHO, Alexandre; PIETRO, Claudia. Assistência estudantil e permanência no ensino superior: avanços, limites e desafios. RBP AE – **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 36, n. 2, p. 421–437, maio/ago. 2020.

COLLINS, Patricia Hill. **Interseccionalidade como projeto social crítico**. São Paulo: Boitempo, 2019.

COULON, Alain. **A condição de estudante: a entrada na vida universitária**. Salvador: Edufba, 2008.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. In: LIMA, Maria do Carmo (org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. São Paulo: Bazar do Tempo, 2022.

FREITAS, Rafael Scarassatti. **Permanência universitária e justiça social: contribuições para uma política de acolhimento**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2022.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A produtividade da escola improdutiva. *In*: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **A produtividade da escola improdutiva**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2010. p. 9–49.

LEHER, Roberto. A ideologia da excelência e a mercantilização da universidade pública. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 120, p. 1027–1046, out./dez. 2012.

MACIEL, Carina Elisabeth. Políticas de permanência na universidade pública: avanços e desafios na última década. **RBPAAE – Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 31, n. 2, p. 295–310, maio/ago. 2015.

MACIEL, Carina Elisabeth. A permanência como direito e a universidade pública em tempos de crise. *In*: SOUZA, Raquel Araújo de et al. (org.). **Educação superior em tempos de crise: desafios e perspectivas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. p. 145–162.

MACHADO, Luciane Soares. Permanência estudantil e políticas de inclusão: um novo desafio para as universidades públicas. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 27, n. 3, p. 215–236, dez. 2011.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta. O lugar da permanência nas políticas de expansão do ensino superior. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 109, p. 1021–1039, set./dez. 2009.

RODRIGUES, Heloísa da Silva. **A permanência de estudantes cotistas na universidade pública: um estudo de caso no curso de Pedagogia**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019.

SANTOS, Rosângela. Mulheres, cuidado e educação superior: reflexões sobre maternidade e permanência universitária. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 33, n. 4, p. 123–145, out./dez. 2017.

SEVERINO, Jorismary Lescano. **Implantação e trajetória histórica do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus Campo Grande (1980–1996)**. Campo Grande: UFMS, 2021. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso).

SILVA, Beatriz Rodrigues da. A permanência dos estudantes cotistas e as lacunas institucionais nas universidades públicas brasileiras. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 42, e025511, 2021.

TINTO, Vincent. Dropout from higher education: a theoretical synthesis of recent research. **Review of Educational Research**, v. 45, n. 1, p. 89–125, 1975.

TINTO, Vincent. **Leaving college: rethinking the causes and cures of student attrition**. 2. ed. Chicago: University of Chicago Press, 1993.